

A ARGUMENTATIVIDADE E OS PRINCÍPIOS TEXTUAIS: INTENCIONALIDADE E ACEITABILIDADE

Maria Helena Correa da Silva MATEI¹
Mestre em Língua Portuguesa/PUC-SP
Doutoranda em Língua Portuguesa/PUC-SP

RESUMO

Considerando que a argumentatividade de um discurso, na maior parte das vezes, apresenta-se de um modo implícito, este artigo propõe um tipo de leitura em que a intencionalidade e a aceitabilidade são princípios pressupostos no processo de argumentar. Sendo assim, quem constrói argumentos visa à adesão de seu interlocutor que, por seu turno, tem a liberdade de aceitá-los ou de refutá-los. Este trabalho justifica-se pelo fato de que, entendendo a argumentatividade que subjaz um determinado texto, torna-se mais clara a intenção do autor. Para tanto, considerar-se-á o conceito de texto preconizado por Beaugrande (1997) e a concepção de organização da lógica argumentativa proposta por Charaudeau (2010). No primeiro, não só os conhecimentos linguísticos, mas também, os cognitivos e sociais convergem no momento de interação. No segundo, os três elementos de base da relação lógica argumentativa, quais sejam: a) asserção de partida [dado, premissa]; b) asserção de chegada [conclusão, resultado]; e c) asserção de passagem [inferência(s), prova(s), argumento(s)] compõem a argumentatividade de um texto. Por meio da análise da argumentatividade do texto *Arte de Ser Feliz*, de Cecília Meireles, pode-se inferir que a autora usa de mecanismos argumentativos, pautados em sua autoridade de escritora, para conseguir a adesão do leitor no que diz respeito ao conceito de felicidade.

Palavras-chave: Argumentatividade. Intencionalidade. Aceitabilidade.

A argumentatividade e os princípios textuais: intencionalidade e aceitabilidade

A argumentatividade, de um modo geral, está presente na linguagem humana. Dessa maneira, pode-se dizer que todos os textos, sempre configurados em gêneros, são argumentativos. Na voz de Fiorin (2015), essa concepção preconizada pela linguística atual encontra seus primeiros estudos em Oswald Ducrot e Jean Claude Anscombre “que operam com as noções de retórica e de argumentação”. Segundo esse mesmo autor, tanto Ducrot como Anscombre trabalham a argumentação como “o estudo das orientações semânticas dos enunciados e dos encadeamentos que as expressam” (2015, p. 15).

Nesse ponto, Charaudeau (2010, p. 202), referindo-se a Ducrot, explica que este teórico:

¹ Endereço eletrônico: helenasmatei@hotmail.com

propõe distinguir, de um lado, o estudo do raciocínio linguístico – que deve ser confrontado com as linguagens formais para daí observarem-se as semelhanças e diferenças –, de outro, o estudo da argumentação que tem por função “orientar” a sequência do discurso e, portanto, representar uma maneira de agir sobre o outro (...). (CHARAUDEAU, 2010, p. 202)

Nesse aspecto, a definição de argumentatividade inscrita na linguística dos últimos tempos é diferente daquela que se encontra na tradição retórica aristotélica, embora a linguística dos últimos tempos tenha suas origens nesta tradição. Nesse sentido, Charaudeau (2010, p. 201) explica que a argumentação “(...) é um setor de atividade da linguagem que sempre exerceu fascínio, desde a retórica dos antigos que dela fizeram o próprio fundamento das relações sociais (a arte de persuadir) até hoje, quando voltou à moda”.

Entendendo isso, é importante salientar que o estudo da argumentação não é tão simples, por conta da grande variedade de definições com as quais esse termo se depara no fenômeno da linguagem. Apesar disso, o fato de que se aprende a argumentar desde criança é certo. A criança sabe argumentar no momento em que deseja que seu pai, por exemplo, leia para ela uma história antes de dormir. Todo ser humano, nessa perspectiva, é um ser retórico, cuja prática de argumentar segue a trajetória desse ser pela vida afora. Como salientam Koch e Elias (2016, p. 24), são várias as situações nas quais se necessita de argumentar. Por exemplo, em situações de “entrevistas para conseguir uma bolsa de estudo ou um emprego (...), de conversas descompromissadas com amigos ou familiares”, ou em situações de textos escritos em que se quer convencer o interlocutor em relação a um determinado ponto de vista, entre tantas outras.

Considerando que, na maioria dessas situações, há determinada argumentatividade, muitas vezes, implícita, este trabalho visa a um tipo de leitura em que a intencionalidade e a aceitabilidade são princípios pressupostos no processo de argumentar.

Argumentação – origem

As diferentes correntes linguísticas que abordam a questão da argumentação buscam suas raízes na retórica clássica, visto que, conforme aponta Pinto (2010, p. 31), “as práticas argumentativas linguísticas actuais têm os seus fundamentos na teoria e técnica de produção/recepção de discursos da Antiguidade Clássica”. Desse modo, a autora também considera de fundamental importância iniciar esse estudo por Aristóteles, isso devido “ao facto de que a sistematização aristotélica sobre a questão foi fundadora e de extrema relevância para os estudos actuais sobre a argumentação” (p. 31).

Cabe lembrar, porém, que, de acordo com os registros de Fávero e Koch (1983, p. 27), antes de Aristóteles, “Empédocles, de Agrigento, e Córax e Tísias, de Siracusa, colônias gregas da Sicília, foram os primeiros professores de Retórica”. Ainda segundo esses registros de ambas linguistas, “em meados do século V a.C., a Retórica já estava incorporada à cultura ateniense em virtude de disputas jurídicas de comerciantes de Siracusa e Atenas, (...)”. No século VIII a.C., a eloquência, arte de falar bem, era concebida como dádiva de Deus, ou seja, quem tivesse essa qualidade seria muito respeitado pelo povo de modo geral. Àquele tempo, já se falava para persuadir.

A retórica, entretanto, começou sua história no século V a.C.; foi por volta dessa época que os gregos se reuniam em praça pública para discutirem questões jurídicas, como “a restituição de terras subtraídas pelo tirano aos legítimos proprietários”, conforme relata Ferreira (2010, p. 40). É interessante destacar que, nesses júris, saía “vencedor o orador que defendesse a causa com maior eloquência”, como acentuam Fávero e Koch (1983, p. 27). Desde então, “a retórica encontra-se indissociavelmente ligada ao Direito, ao aspecto judiciário do discurso retórico”, como aponta Ferreira (2010, p. 41). Essa retórica pautava-se na ideia de que o verossímil era mais plausível que o verdadeiro.

Ferreira (2010, p. 43) salienta que Aristóteles foi quem buscou analisar “a relação do homem com a linguagem e ainda hoje exerce influência nas modernas teorias linguísticas”. A retórica seria uma técnica que poderia estar a serviço “tanto do bem quanto do mal, importando assim a verossimilhança dos fatos”, defendia Aristóteles, segundo Pinto (2010, p. 36). Sua obra *Arte Retórica* é considerada um guia de como construir um texto persuasivo, havendo já neste livro uma preocupação com a lógica discursiva que, aliás, durante alguns séculos, seguiu a “orientação cartesiana”, em que só se consideravam as demonstrações que fossem passíveis de “provas lógicas”. Após esse tempo, os estudos retóricos ficaram esquecidos, ressurgindo, na Europa, a partir de 1960, quando a retórica moderna começou a tratar também do discurso persuasivo, que pode ser encontrado, inclusive na poesia.

Pesquisadores que se ocupam da nova retórica, como Perelman e Tyteca, apresentam, em 1958, um trabalho que marca um novo momento para a retórica. Neste trabalho, “rompem com o conceito da razão e do raciocínio preconizados por Descartes e reatam com a tradição retórica grega, principalmente, a aristotélica” (PINTO, 2010, p. 43). Esses dois pesquisadores, como tantos outros, baseiam-se nas teorias da argumentação que se sustentam em lógicas não formais. Desse modo, postulam que o discurso não é submetido “ao arbítrio estrito do racional, mas, sim, a uma lógica do razoável, muito útil em retórica para associar convencimento e persuasão”, como salienta Ferreira (2010, p. 47). Admite-se, assim, uma

lógica dos valores e preferências.

Ferreira (2010) também salienta que “o provável (...) assume um lugar de destaque na argumentação e se subjeta apenas à autoridade do auditório, que, universal ou particular, dá a palavra final sobre o que se argumentou” (p. 47) e explica ainda que o campo da argumentação, para Perelman, “é o do verossímil, do plausível, do provável, na medida em que este último escapa às certezas do cálculo” (p. 14).

Posto isso, pode-se aludir que o discurso retórico, cuja finalidade é persuadir um auditório que se depara com uma questão polêmica, é mediado pelo texto, lugar de interação entre sujeitos sociais que defendem opiniões, baseando-se em seus conhecimentos, não só sociais e cognitivos, como também linguísticos, conforme postula Beaugrande (1997), para, por meio da argumentação, procurar adesão do outro.

Nesse aspecto, o tipo de discurso argumentativo, assim como o narrativo e o descritivo, tem um modo próprio de organização. Por isso e para atender aos objetivos deste artigo, opta-se pelo trabalho de Charaudeau (2010), já que ele traz, em sua obra *Linguagem e discurso* (2010), uma proposta de como organizar esse tipo de discurso. Sua pesquisa apresenta uma das maneiras de se entender a argumentatividade que subjaz um determinado texto, tornando mais clara a intenção do autor.

O modo argumentativo e o persuasivo

Diferentemente daquilo que acontece com outros modos de organização textual, como o narrativo e o descritivo, o modo de organização argumentativo não é tão fácil de ser estudado. Enquanto o modo de organização narrativo lida com aspectos das ações humanas, “forma da realidade, visível e tangível”, segundo Charaudeau (2010, p. 201), e o descritivo com a observação, aspecto da realidade perceptível, o argumentativo lida com “certas operações do pensamento”, levando em conta a experiência humana, que pode ser contestada ou não. No narrativo e no descritivo, essa contestação já não ocorre, porque não se pode anular uma história ou uma percepção de mundo, por exemplo.

Considerando que a intenção de quem fala, ou escreve, perpassa por uma argumentação, geralmente implícita no texto, o sujeito argumentante tenta, assim, provocar uma mudança de comportamento em seu interlocutor, mudança essa advinda da capacidade de reflexão deste e da capacidade de persuasão daquele. Segundo o autor, pode-se dizer, dessa forma, que, para a existência da argumentação, é fundamental: a) um ponto de vista sobre o mundo, que suscite no outro uma reflexão a respeito de sua legitimidade; b) um sujeito que

demonstre esse ponto de vista por meio de um raciocínio, na tentativa de estabelecer uma verdade que possa ser legítima e aceita; e c) um outro sujeito, alvo da argumentação, que, na posição de interlocutor, possa ser levado a compartilhar, ou não, desse mesmo ponto de vista, ficando a favor, ou contra, isto é, aceitando-o ou refutando-o.

Nesse sentido, Koch e Elias (2016, p. 24) sustentam que a argumentação é

o resultado textual de uma comunicação entre diferentes componentes, que exige do sujeito que argumenta construir, de um ponto de vista racional, uma explicação, recorrendo a experiências individuais e sociais, num quadro espacial e temporal de uma situação com finalidade persuasiva. (KOCH E ELIAS, 2016, p. 24)

Cabe observar que há autores que trabalham a persuasão vinculada a gêneros, como Pinto (2010, p. 200), que salienta: “O objetivo desses gêneros é persuadir de diversas formas, fazendo com que o interlocutor adote uma posição em relação a determinado assunto” e destaca: “a finalidade de um *gênero persuasivo* pode vir a ter mais um teor *demonstrativo* do que *persuasivo* ou vice-versa”. Embora este trabalho não objetive tratar o texto, que compreende o *corpus* no aspecto *gênero*², é importante destacar que o persuasivo é fortemente marcado nele.

Antes da análise, é necessário apresentar alguns pontos relativos à persuasão. Abreu (2009, p. 25) define persuadir como sendo “falar à emoção do outro”, sendo assim, “é construir no terreno das emoções, é sensibilizar o outro para agir”. É nesse aspecto que parece transitar o orador do texto em análise na próxima seção, já que este orador espera adesão de seu auditório no sentido de que ele enxergue felicidade nas coisas pequenas, singulares e simples, que estão no entorno de quaisquer pessoas.

Abreu (2009) diferencia *convencer* de *persuadir*. Segundo sua visão, pode-se convencer alguém sobre algo, como lhe dizendo que fumar faz mal à saúde; no entanto, não se consegue persuadi-lo a parar de fumar. Esse alguém aceita a asserção: fumar faz mal à saúde como verdadeira, mas não muda seu comportamento por isso. Dessa maneira, entende-se que o convencer pertence mais ao âmbito da razão que da emoção, enquanto o persuadir pertence mais ao da emoção.

Por conta disso, é válida a exposição de Charaudeau (2010, p. 206) sobre o fato de que, ao procurar definir argumentação, não se deve cair aos extremos; de um lado, tratando-a de um modo a considerar somente lógicas de raciocínio; de outro, de modo a considerar que

² Ressalta-se que, dependendo da interpretação de cada pesquisador, o texto do *corpus* pode ser tomado como poesia, conto (prosa/poética) ou crônica (fatos do cotidiano, porém em uma linguagem poética).

basta para a comunicação fazer com que o outro adira a uma determinada proposta de mundo.

Ele também indicia que o argumentar se insere em um procedimento que se distingue de outros, como o narrar e o descrever, uma vez que, ao contrário destes, tem uma “*finalidade racionalizante*” e marcada “por uma lógica e um *princípio de não contradição*” (p. 207). O autor caracteriza o modo de organização argumentativo como sendo aquele em que é possível “a construção de *explicações* sobre asserções feitas acerca do mundo (quer essas asserções tratem de experiência ou de conhecimento), numa dupla perspectiva de razão demonstrativa e razão persuasiva” (p. 207).

Nesse sentido, a razão demonstrativa “se baseia num mecanismo que busca estabelecer relações de causalidade diversas (*causalidade*: conceito tomado aqui num sentido amplo de relação entre duas ou várias asserções)” e a persuasiva “se baseia num mecanismo que busca estabelecer a *prova* com a ajuda de *argumentos* que justifiquem as propostas a respeito do mundo, e as relações de causalidade que unem as asserções umas às outras” (CHARAUDEAU, 2010, p. 207). As relações que se estabelecem entre as asserções constituem a **organização da lógica argumentativa**, segundo o autor.

Quanto à lógica argumentativa, Charaudeau (2010, p. 209) defende que esta lógica é composta de, no mínimo, três elementos: uma asserção de partida (A1), uma asserção de chegada (A2) e uma asserção de passagem. A primeira é chamada de *dado*, ou *premissa*, sobre o qual uma consequência é desencadeada. A segunda é chamada de *conclusão*, ou *resultado*, e “representa o que deve ser aceito em decorrência da asserção de partida em decorrência da relação que une uma à outra”. Essa relação pode ser de causalidade por “representar a *causa* da premissa (A1 porque A2), ou *consequência* (A1, portanto A2)”. Essa asserção “representa a *legitimidade* da proposta”. A última justifica “a relação de causalidade que une A1 e A2, isto é, a conclusão”. Essa asserção, de um modo geral, apresenta-se implícita e pode “ser chamada de *prova*, *inferência*, ou *argumento*”.

No texto a seguir, procura-se mostrar essa lógica argumentativa, em que as asserções (A1) e (A2) estão relacionadas por uma relação de causalidade que comprova a legitimidade do ponto de vista defendido pelo enunciador.

Análise do corpus

Arte de ser Feliz

Houve um tempo em que minha janela se abria sobre uma cidade que parecia ser feita de giz.

Perto da janela havia um pequeno jardim quase seco.

Era uma época de estiagem, de terra esfarelada, e o jardim parecia morto.

Mas todas as manhãs vinha um pobre homem com um balde, e, em silêncio, ia atirando com a mão umas gotas de água sobre as plantas.

Não era uma rega: era uma espécie de aspersão ritual, para que o jardim não morresse.

E eu olhava para as plantas, para o homem, para as gotas de água que caíam de seus dedos magros e meu coração ficava completamente feliz.

Às vezes abro a janela e encontro o jasmineiro em flor.

Outras vezes encontro nuvens espessas. Avisto crianças que vão para a escola.

Pardais que pulam pelo muro.

Gatos que abrem e fecham os olhos, sonhando com pardais.

Borboletas brancas, duas a duas, como refletidas no espelho do ar.

Marimbondos que sempre me parecem personagens de Lope de Vega.

Às vezes, um galo canta. Às vezes, um avião passa.

Tudo está certo, no seu lugar, cumprindo o seu destino.

E eu me sinto completamente feliz.

Mas, quando falo dessas pequenas felicidades certas, que estão diante de cada janela, uns dizem que essas coisas não existem,

outros que só existem diante das minhas janelas, e outros, finalmente, que é preciso aprender a olhar, para poder vê-las assim.

(Cecília Meireles)

Em artigo intitulado A importância de uma boa aula de leitura, Martins (s/d) considera o texto selecionado para análise neste artigo uma crônica, já que mostra fatos do cotidiano. Uma crônica, porém, traduzida num ardoroso trabalho com as palavras, marcando, no texto, uma forte presença poética. Há um certo equilíbrio entre o emprego do tempo verbal presente e o passado, sugerindo, dessa maneira, que tanto num tempo como no outro o olhar sobre aquilo que poderia explicar a causa da felicidade certa é o mesmo – permanece, continua igual.

Na leitura do texto, pode-se inferir que, a partir da observação, a cronista/poeta expõe fatos que, tanto no passado como no presente, justificam sua felicidade plena: “Houve um tempo em que minha janela se abria (...)”: tempo passado que sugere o tempo de infância da autora, e, “Às vezes abro a janela e encontro o jasmineiro em flor. Outras vezes encontro nuvens espessas”: tempo presente que sugere o tempo de sua fase adulta.

O cenário do texto é marcado por uma série de explicações que recorrem a experiências individuais da cronista. Embora essas experiências tenham sido adquiridas em espaço e tempo diferentes, justificam a permanência da felicidade: “Tudo está certo, no seu lugar, cumprindo o seu destino. E eu me sinto completamente feliz”. Toda essa felicidade é marcada por uma alternância de situações: “Às vezes abro a janela e encontro o jasmineiro em flor. Outras vezes, encontro nuvens espessas. (...) Às vezes, um galo canta. Às vezes, um avião passa”. Como a intenção do enunciador é fazer o enunciatário aderir a seu ponto de vista, neste caso, concordar com a ideia de que a felicidade pode ser encontrada no momento em que se sabe olhar e ver beleza nas coisas como elas são, ora de um jeito, ora de outro: ora “jasmineiro em flor”, ora “nuvens espessas”, infere-se que essa alternância poderia funcionar como um recurso argumentativo.

Assim, é possível dizer que, na construção de sua crônica/poética, “a autora vale-se da palavra como um instrumento revelador de” suas “impressões sobre o mundo” e de suas crenças. É por meio da palavra que “a autora tenta influenciar as pessoas, orientar-lhes o pensamento (...) estabelecer *acordos*” que possibilitem viver em harmonia, conforme registra Ferreira (2010, p. 12).

Uma das características poéticas que se pode encontrar neste texto é o emprego insistente do paralelismo (equivalência de frases tanto no sentido como na construção gramatical). Esse talvez seja um dos motivos de o texto ser considerado, além de uma crônica, também um texto poético: “E eu olhava para as plantas, para o homem, para as gotas de água (...)”. Esse paralelismo empresta ao texto ritmo e harmonia, características da poesia presentes nesta crônica.

Até o penúltimo parágrafo, há, de um modo ritmado, exposição de situações que se repetem, confirmando, assim, o curso natural da vida. Essa normalidade, porém, é quebrada a partir do último parágrafo, quando o operador *mas* introduz uma contestação que rompe com o equilíbrio até então transmitido pelo texto, segundo Martins (s/d).

É desse parágrafo que são analisados os elementos de base da relação argumentativa propostos por Charaudeau (2010), uma vez que é nele que se encontram as asserções de partida (A1), de conclusão (A2) e de passagem, em que se concentra a lógica argumentativa deste texto.

É importante observar que a presença do paralelismo continua reforçada nesse fragmento, contudo agora mostrando o rompimento com a estabilidade anterior: “(...) uns dizem que essas coisas não existem, outros que só existem diante das minhas janelas”. Essa

quebra de estabilidade no texto é marcada por argumentos que antecipam o que está implícito: “há pessoas que não enxergam felicidade nas pequenas coisas”. Considerando que a proposta de mundo que está em jogo é a da autora do texto, visto que este está em primeira pessoa, esses argumentos (que refutam a ideia de que existem felicidades certas) revelam que nem todos concordam com o ponto de vista da autora: princípio de aceitabilidade, **então** ela chega a uma conclusão, conforme se verifica a seguir:

↳ Elementos de base da relação argumentativa
 ✓ Asserção de partida (dado) – (A1): existem pequenas felicidades certas.
 → Refutação: mas, uns dizem que essas coisas não existem, outros que só existem diante das minhas janelas.
 ✓ Asserção de chegada (conclusão) – (A2): a cronista conclui disso, *então*, que é preciso aprender a olhar para poder ver as pequenas felicidades certas.
 ✓ Asserção de passagem (implícito): existem pessoas que não veem as pequenas felicidades certas.

(A1) e (A2) estão ligadas de um modo mais ou menos estreito. Considera-se a refutação como parte complementar da Asserção de partida (A1), uma vez que são argumentos que se somam no sentido de estabelecer uma relação de causalidade entre o dado e a conclusão (A1 e A2), por meio da marca linguística *então* (A1 então A2).

As asserções numa relação de causalidade podem ser expressas do seguinte modo: (A1): Existem pequenas felicidades certas, mas uns dizem que essas coisas não existem, outros que só existem diante das minhas janelas, *então* (eu concluo disso que) “é preciso aprender a olhar, para poder vê-las assim”. [(A2), consequência].

Essa conclusão (A2) suscita no leitor uma certa reflexão para se certificar de que essa verdade é legítima e, dessa forma, poder aceitá-la como tal. É possível inferir, então, que a cronista/poeta tem uma intenção implícita de mostrar que há pessoas que não enxergam felicidade nas coisas pequenas, simples e comuns que existem na natureza de modo claro, basta saber olhar.

O argumento, também marcado por paralelismo “(...), e outros, finalmente, que é preciso aprender a olhar, para poder vê-las assim” fecha a série de argumentos, em que a marca linguística *finalmente* revela adesão por parte do leitor no que diz respeito ao conceito de felicidade e autoriza a inferência de que a autora utiliza essa marca linguística, como um recurso argumentativo, no sentido de reforçar sua tese: *Existem felicidades certas* para conseguir essa adesão do leitor.

Desse modo, concordando com Koch e Elias (2016), chega-se à noção de que argumentar pressupõe intencionalidade e aceitabilidade, ou seja,

de um lado, há aquele que constrói argumentos para influenciar o interlocutor e conseguir seu intento; de outro, aquele que é alvo desse processo, o interlocutor, e que tem a liberdade de considerar ou não a validade dos argumentos, de aceitar ou não a tese defendida, numa postura que em nada remete à ideia de passividade, nem simplesmente à emoção. (KOCH E ELIAS 2016, p. 34)

Considerações finais

A crônica *Arte de ser Feliz* transmite a ideia de que existem pequenas felicidades certas. Por quê? Porque existem no mundo (estão diante de cada janela). Do ponto de vista argumentativo, o que interessa é o modo como o enunciador, em primeira pessoa, explica onde encontrar essas pequenas felicidades certas. Qual é o motivo de a cronista dizer que essas pequenas felicidades estão diante de cada janela? Para justificar a conclusão de que “é preciso aprender a olhar para poder vê-las assim”.

Assume-se, então, um ponto de vista que não está explícito: a felicidade consiste em enxergar o maravilhoso nas coisas pequenas, simples e naturais. Nesse sentido, conclui-se que a marca linguística *finalmente* é responsável por transmitir o ponto de vista da autora; assim, sugere-se que, por meio dessa marca, a cronista recorre ao recurso de autoridade, deixando implícita sua credibilidade.

Tendo em vista que a intencionalidade e a aceitabilidade perpassam textos em que há argumentatividade, constata-se que em “A arte de ser feliz”, de Cecília Meireles, tais princípios foram utilizados de forma a demonstrar não só o ponto de vista do enunciador perante o interlocutor, mas também procurar adesão desse interlocutor e, para isso, vale-se de argumentos que atestam sua credibilidade.

Referências bibliográficas

ABREU, A. S. *A Arte de Argumentar – gerenciando Razão e Emoção*. 13^a. ed. Cotia/SP: Ateliê Editorial, 2009.

BEAUGRANDE, R. de. *New foundations for a Science of text and discourse: cognition, communication and freedom of access to knowledge and society*. Norwood. New Jersey, Ablex Publishing Corporation, 1997.

CHARAUDEAU, P. *Linguagem e discurso, modo de organização*, 2^a. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

FERREIRA, L. A. *Leitura e persuasão, princípios de análise retórica*. São Paulo: Contexto, 2010.

FIORIN, J. L. *Argumentação*. São Paulo: Contexto, 2015.

KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. *Escrever e Argumentar*. São Paulo: Contexto, 2016.

MARTINS, S. J. de A. *A importância de uma boa aula de leitura*. www.gel.org.br/estudoslinguisticos/volumes/31/htm/comunica/cell07a.htm. Acesso em 26.mar.2016.

PINTO, R. *Como Argumentar e Persuadir? Prática Política, Jurídica e Jornalística*. Lisboa: Quid Juris? – Sociedade Editora Ld., 2010.

ABSTRACT

*Considering that the argument of a discourse, in most cases, presents an implicit mode, this article proposes a type of reading in which the intent and acceptability are principle assumptions in the process of reasoning. Therefore, who creates arguments aimed at the adhesion of his interlocutor who, in turn, is free to accept or rebut them. This study is justified by understanding the argument that underlies a given text, which clarifies the author's intention. For this purpose, the concept of text advocated by Beaugrande (1997) will be considered as well as the concept of the organisation of the argumentative logic proposed by Charaudeau (2010). The first does not only tackle language skills, but both cognitive and social skills converge at the moment of interaction. Within the second, the three basic elements of argumentative logic, namely: a) the starting assertion [given, premise]; b) the incoming assertion [conclusion, result]; and c) the excerpt assertion [inference(s), test(s) argument(s)], form the argument of a text. By analysing the argument of Cecilia Meirele's text, *Arte de Ser Feliz*, one can infer that the author uses argumentative mechanisms, guided by her authority as a writer to secure the reader's adhesion in regards to the concept of happiness.*

Key words: *argument, intentionality, acceptability.*

Envio: Julho/2016
Aprovado para publicação: Agosto/2016